

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
RESOLUÇÃO PROEPP/IFPR N.94/2023 – CONSUP/IFPR**

ANEXO II

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – PPC

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU - APERFEIÇOAMENTO EM
EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, CAMPUS PINHAIS,
CURITIBA, CAMPO LARGO E COLOMBO**

2023

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA	
1.1 Número do processo	
	23411.014120/2023-52
1.2 Campus	
	Pinhais, Curitiba, Campo Largo e Colombo
1.3 Nome do curso	
	Aperfeiçoamento em Educação para Relações Étnico-raciais
1.4 Área de avaliação (CAPES)	
	Área de conhecimento: Humanas (7000000)
	Grande Área : Educação (70800006)
	Área de conhecimento (70801002) Fundamentos da Educação (70801029) História da Educação e (70801037) Sociologia da Educação.
1.5 Linhas de Pesquisa	
	Linha I - Educação para as Relações Étnico-raciais
1.6 Coordenação do Curso	
	Cleverson Ramom Carvalho Silva
1.7 Vice-coordenação do Curso	
	Romany Martins

2. DADOS DO CURSO	
2.1 Tipo de curso: Aperfeiçoamento, conforme Lei n. 9394/96 (Art. 44º, III) e Resolução PROEPPI/IFPR N.94/2023 – CONSUP/IFPR	
2.2 Relação com o itinerário formativo do campus	

A Lei 10.639/2003 e a Lei 11645/2008 prevê a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, de modo transversal e no itinerário formativo de todos os cursos ofertados. Além disso, a Lei 11892/2008 prevê como uma das finalidades dos IFs a formação de professores para a educação básica, o que vai ao encontro da proposta em tela. Também é importante destacar que a iniciativa corrobora com que está previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, o qual evidencia o compromisso institucional do IFPR com a diversidade, assim como a realização e efetivo acompanhamento de ações de educação das relações étnico-raciais.

2.3 Vagas ofertadas

a) Mínimo: 100 vagas (Resolução Consup/IFPR n.121/2023)

b) Máximo: 100 vagas

2.4 Público-alvo

Professores da rede pública do estado e municípios do Paraná

2.5 Modalidade

() Presencial

(x) Presencial com parte da carga horária a distância

() A distância

2.6 Tipo de oferta

(X) Aberta ao público

() Turma exclusiva

Em caso de turma exclusiva, informar a instituição parceira e o termo de convênio/cooperação:

2.7 Periodicidade de oferta

Oferta única

2.8 Local de realização do curso

Campus Pinhais, Curitiba, Campo Largo e Colombo

2.9 Dia(s) e horários de realização do curso

Pinhais - Terças e Quintas 19h às 22h

Colombo - Sexta-feira 19h às 22h e Sábado 9h às 12h.

Campo Largo - Terças e Quintas 19h às 22h

Curitiba - Segunda e Quarta 19h às 22h

2.10 Horário(s) de atendimento ao estudante

O atendimento aos estudantes será realizado pelos tutores e pela coordenação, de modo presencial e/ou on-line, conforme dias e horários de realização do curso em cada campus.

2.11 Previsão de início do curso

3 de Fevereiro de 2024: Início das aulas presenciais

2.12 Prazo de integralização curricular

O estudante terá o prazo regular de 6 meses para conclusão do curso. O curso de Aperfeiçoamento deverá ser integralizado em até 12 (doze) meses. O estudante poderá solicitar a prorrogação do prazo regular em até 3 (três) meses, desde que devidamente justificada e aprovada pela coordenação do curso.

2.13 Carga horária total do curso

180h

QUADRO 1

Componentes		Horas/Créditos	carga horária a distância	porcentagem da carga horária a distância
Componente Obrigatório	Curricular	180h	54h	30%
Componente Optativo	Curricular	0	0	0
Componente Curricular Eletivo		0	0	0
Atividade complementar		0	0	0

3 JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA DE CURSO

Em janeiro deste ano, a Lei nº 10.639/2003 completou 20 anos. Mesmo depois de tanto tempo, a Lei que obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de todo o Brasil ainda enfrenta grandes desafios para sua implementação efetiva. No mesmo caminho, as atualizações

da referida lei e o regramento que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) se somam ao arcabouço jurídico que busca assegurar que o conhecimento sobre a história e as culturas das populações negras e indígenas estejam presentes no processo formativo da nossa população.

A busca por uma educação inclusiva e de qualidade torna imprescindível e urgente a capacitação dos docentes para Educação das Relações Étnico-raciais (ERER), tanto dentro da instituição quanto em suas interações com a comunidade externa. A ausência desses conteúdos no percurso formativo de docentes tem como resultado uma Lei que se efetiva apenas no papel.

O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas da rede pública e privada em todo território nacional não deve ser delegada à sorte de encontrar docentes e demais servidores que se interessem pela temática. Para que o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena seja efetivo, ele deve ser tratado de forma transversal e ao longo do percurso curricular, e não apenas de forma marginal em projetos interdisciplinares, de forma episódica em datas comemorativas folclóricas, ou em adaptações meramente formais do currículo.

A fim de atender às necessidades e características específicas locais, o curso de aperfeiçoamento em Educação para as Relações Étnico-raciais tem como objetivo oferecer aos participantes uma formação abrangente, que capacite os profissionais a lidar de forma sensível com as questões étnico-raciais e indígenas no ambiente de trabalho, fomentando o fortalecimento das identidades desses grupos e a promoção de uma cultura de convivência e aceitação da diversidade, contribuindo para a garantia de igualdade de oportunidades e a proteção dos direitos étnicos individuais e coletivos.

A ERER na Região Sul

Um estudo realizado por Instituto Alana e Geledés Instituto da Mulher Negra aponta que sete em cada dez secretarias municipais de educação realizaram poucas ou nenhuma ação voltada para implementação do ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas¹. Boa parte dos respondentes (56%) afirmam que incorporam a temática em seus Projetos Político Pedagógicos, porém, a maioria (69%) declarou que realizou atividades apenas em novembro, durante o mês ou semana do Dia da Consciência Negra. (BENEDITO, CARNEIRO, PORTELLA; 2023).

No que se refere à região Sul do país, um dos resultados do estudo aponta que apenas 22% dos municípios que responderam à pesquisa consideram o fator raça no processo de aprendizagem. A região também apresenta o maior índice (78%) referente ao não acompanhamento de indicadores de aprendizagem e desempenho considerando a raça dos estudantes.

A oferta de um curso de aperfeiçoamento em Educação das Relações Étnico-raciais para docentes da Rede Pública do Estado do Paraná vai ao encontro dos principais desafios para a implementação da Lei nº 10.639/03. De acordo com as secretarias municipais entrevistadas no estudo citado, os principais desafios são: Ausência de apoio de outros entes e/ou organizações

¹ Foram ouvidas 1.187 secretarias no ano de 2022, esse número equivale a 21% das redes de ensino dos municípios brasileiros

(53%); falta de conhecimento sobre como aplicar o ensino (42%) e baixo engajamento e/ou desinteresse dos profissionais nas escolas (33%). (BENEDITO, CARNEIRO, PORTELLA; 2023).

A proposta em tela tanto manifesta o apoio do governo federal por meio de instituições como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, quanto oferece conhecimento sobre como aplicar, o que contribui efetivamente para o avanço da Educação das Relações Étnico-raciais na educação pública.

ERER no Estado do Paraná

A construção histórica da “Identidade Paranaense” é caracterizada pelo esforço de intelectuais regionais em difundir uma imagem europeizada, branca e progressista do Estado do Paraná. Romário Martins (1941), Ruy Christovam Wachowicz (1988) e Wilson Martins (1999) representam alguns exemplos desse movimento que veio a ser conhecido como “Paranista”. Segundo um deles:

[...] poderia acrescentar que esse belo tipo físico, corado e de cabelos castanhos se distinguia, ainda, dos demais brasileiros, por traço de fundamental importância: não se misturava com o negro, existente em reduzidíssimo número em toda a província no decorrer de sua história, e que por isso não chegou a invadir sexualmente os hábitos desses rústicos senhores primitivos. Ao lado da imigração, é a inexistência da grande escravatura o aspecto mais característico da história social do Paraná, ambos o distinguindo inconfundivelmente de outras regiões brasileiras. (MARTINS, Wilson, 1999, p. 128).

O excerto anterior do livro intitulado “A invenção do Paraná” ilustra a tentativa de invisibilização e apagamento dos negros e negras da história paranaense, por meio da formação de um imaginário social embasado em dois pilares, o da “limpeza étnica” e o “mito do Paraná europeu” (KERSTEN, 2000; 2006). Segundo Solidade da Silva (2020, p. 35)

atrelado à visão de um Paraná de campos e de araucárias, da gralha azul, da erva-mate, de trabalhadores e de valentes soldados brancos, resultou na edificação de uma dimensão representacional caricaturada do estado como composto majoritariamente por homens e mulheres brancos/as, optando por não reconhecer como reais qualquer outra participação étnico-cultural, científica e social na história do estado.

Embora o Estado do Paraná seja caracterizado por uma população majoritariamente branca², segundo Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2012) 28,26% da população paranaense é constituída de pretos e pardos. Para além de dados quantitativos, o movimento citado anteriormente representa o esforço intelectual da elite em produzir uma ideologia que “[...] impõe uma violência simbólica a alguns grupos étnicos, sobretudo os afrodescendentes e os indígenas, que são simplesmente excluídos da história local e destituídos do direito à memória” (BATISTELLA, 2012, p. 11).

Solidade da Silva (2020) destaca que, no Estado do Paraná, os encaminhamentos políticos-organizativos voltados para a temática racial são respostas ao movimento negro e às investidas da União, que no ano de 2003

² Segundo Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2012) 70,32% da população Paranaense se autodeclara branca.

cria a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) e edita a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), por meio do Decreto nº 4.886/2003. Dez anos depois, o Estado Paraná instaura o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR) e o Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (CPICT).

Um dos grandes desafios não é apenas conscientizar sobre a importância da Educação para as Relações Étnico-Raciais, mas também aferir o cumprimento legal do arcabouço jurídico afeto à temática. Visando analisar o cumprimento do Artigo 26A³ e 79B⁴ da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) , Solidade da Silva (2020) aplicou um questionário estruturado à todas as Unidades Escolares de dependência administrativa estadual do Paraná⁵. A partir dos dados coletados, o autor propõe um indicador de verificação de práticas pedagógicas e de gestão reconhecidas como de promoção da Educação das Relações Étnico-raciais (EREr) como política educacional.

Utilizando da Análise Fatorial Exploratória (AFE) as perguntas do questionário e suas respectivas respostas foram organizadas em sete tópicos de interpretação, sete fatores que indicam a ausência ou a presença de práticas que promovam a EREr nas escolas públicas do Estado do Paraná. Utilizando ferramentas de tratamento estatístico, foi proposto o indicador **E** que varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de zero, mais fraca é a presença do fator analisado e vice-versa. Os resultados da pesquisa foram sintetizados no quadro a seguir:

Fator	Descrição	Indicador E*
Fator I Formação Continuada	Entender de que maneira a unidade escolar ofertou ou não cursos de formação continuada que abordem a temática das relações étnico raciais	0,67
Fator II Articulação Escola-Sociedade	Análise sobre a abordagem tanto dos gestores escolares quanto os docentes sobre a dimensão educadora dos movimentos sociais negros e indígenas, considerando a função do projeto político pedagógico (PPP) escolar em promover uma educação que consiga abarcar a realidade da comunidade escolar.	0,70
Fator III Fiscalização dos dispositivos didáticos	Focado na análise da ação docente frente a escolha dos livros didáticos que são usados como ferramenta pedagógica, compreendendo a necessidade de estar atento a discursos racistas e/ou preconceituosos que esses materiais podem conter, uma vez que são entendidos como produtos elaborados em um contexto social.	0,12
Fator IV Representação o literária	Com foco tanto na gestão quanto no docente o fator busca entender de que maneira a representação nos livros literários pode ser utilizado como ferramenta de trabalho didático para a	0,87

³ “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. (BRASIL, 1996)

⁴ “Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’”. (BRASIL, 1996)

⁵ Segundo o autor, participaram do levantamento 1.659 Unidades Escolares estaduais, divididas por 32 Núcleos Regionais de Educação e distribuídas em 379 municípios paranaenses. (SOLIDADE DA SILVA, 2020)

	construção de uma identidade positiva, quando oferece uma abordagem de protagonismo negro e/ou indígena.	
Fator V Ludicidade valorativa	Voltada para a análise das práticas pedagógicas e de gestão, busca entender de que maneira a EREr se insere em práticas pedagógicas como a realização de jogos, gincanas e brincadeiras que a comunidade escolar também esteja inserida.	0,70
Fator VI Subsídio Material	Análise sobre a gestão escolar e a prática docente sobre os materiais bibliográficos disponíveis na unidade escolar que sejam especificamente voltados para a pluralidade étnico-racial.	0,91
Fator VII Projetos de valorização	De que maneira os materiais disponíveis são utilizados, resultando em práticas pedagógicas que contemplem os valores de uma educação para as relações étnico raciais.	0,78

*Escala de interpretação: 0,00 – 0,19 Irrisória (muito fraca); 0,20 – 0,39 Restrita (fraca); 0,40 – 0,69 Moderada (regular); 0,70 – 0,89 Representativa (boa); 0,90 – 1,00 Expressiva (muito boa).

Fonte: Elaborado a partir de Solidade da Silva (2020)

O Fator I - Formação Continuada buscou averiguar se houve a oferta e a participação em cursos de formação sobre conteúdos referentes às relações raciais e a implementação da Lei n. 10.639/2003, ou se foram realizadas formações, encontros ou reuniões que instigassem a reflexão, por parte dos profissionais da educação, sobre seu pertencimento étnico-racial (ser branco, ser negro, ser terena, ser guarani, etc.). O referido Fator apresentou um resultado considerado regular pela escala de interpretação proposta no estudo, o que indica a necessidade de capacitações que tenham como foco o público de professores(as) e demais funcionários(as) das escolas públicas paranaenses.

Outra questão importante que deve ser destacada é um alto indicador atribuído ao Fator VI - Subsídio Material e o Fator IV - Representação literária, que, dentre outros fatores, se propôs a medir a existência de materiais bibliográficos específicos para o trabalho sobre a população negra e indígena. Ambos apresentaram um indicador elevado, por outro lado, os demais indicadores (em especial o Fator III - Fiscalização dos dispositivos didáticos) sinalizam para a dificuldade de utilizar, de se apropriar desses materiais. Tal diagnóstico aponta para o fato de que o avanço de políticas públicas voltadas para a promoção da Equidade Racial na Educação Brasileira está condicionado pela capacitação dos profissionais que atuam nessas escolas, e que o simples fornecimento de material didático, embora seja necessário, não soluciona a questão.

Os resultados da pesquisa também apontam para a necessidade de se fortalecer a relação dialógica e reconhecer a dimensão educadora dos movimentos sociais negros e indígenas, tal como evidenciado pelo Fator II - Articulação Escola-Sociedade, o que vai ao encontro de propostas como o curso em tela, que propiciam a reflexão sobre a importância da luta coletiva e da presença da EREr na educação básica.

O IFPR e a EREr

O IFPR, com sua estrutura multicampi presente em 26 (vinte e seis) municípios/campi, adicionado aos 04 (quatro) Centros de Referência, atende as mais diversas regiões do estado do Paraná. Além desta capilaridade proporcionada pela estrutura da instituição, conta desde 2018 com os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabis), os quais encontram-se constituídos em todos os campi da instituição, conferindo à sociedade a garantia de que a instituição está atenta e compromissada com as discussões e temáticas pertinentes ao Núcleo. Ao todo, são 260 membros vinculados ao Neabi, sendo 148 docentes, 34 técnicos-administrativos em educação, 44 discentes e 34 membros da comunidade externa.

Segundo a Res. Consup nº 71/2018 do IFPR, os NEABIs têm como finalidade atuar na consolidação das diretrizes e ações de Ensino, Pesquisa e Extensão voltadas para a educação das relações étnico-raciais, contribuindo para a promoção da igualdade racial, o combate ao racismo e à discriminação étnico-racial, implementação e cumprimento das Leis nº 9394/96, nº 10.639/03 e nº 11.645/08, nos respectivos campi do IFPR, em todos os níveis de ensino.

Deste modo, o IFPR reafirma, por meio deste curso, o compromisso com a luta contra o racismo e o empenho em desenvolver e promover o conhecimento sobre as especificidades da Educação para as Relações Étnico-raciais. Enfatizamos sua importância na formação de profissionais que contribuam para a construção de uma sociedade justa, democrática e que valorize a diversidade cultural em todas as suas manifestações.

Também é importante destacar que a iniciativa vai ao encontro do que está previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, o qual evidencia o compromisso institucional do IFPR com a diversidade, assim como a realização e efetivo acompanhamento de ações de educação das relações étnico-raciais.

O curso de aperfeiçoamento em educação das Relações Étnico-raciais proporcionará aos participantes um complemento à sua formação no sentido de qualificar sua prática docente no que tange às relações Étnico-raciais e seus desdobramentos.

4. OBJETIVOS DA PROPOSTA DE CURSO

4.1 Objetivo Geral

Oferecer, em nível de pós-graduação lato sensu, qualificação para a apropriação e o desenvolvimento de conhecimentos acerca das especificidades da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) para docentes da rede pública de Ensino do Estado e Municípios do Paraná, assegurando aos cursistas formação política, pedagógica e didática adequada aos avanços do conhecimento no campo da ERER e da valorização das culturas negras e indígenas, possibilitando a produção e difusão do conhecimento tanto a partir de pesquisas científicas quanto em ações comunitárias que promovam a superação dos conflitos gerados pela discriminação e o racismo estrutural na sociedade brasileira.

4.2 Objetivos Específicos

I - Promover a equidade racial na educação brasileira.

- II - Realizar uma análise crítica das Relações Étnico-raciais em escala global e no contexto específico do Brasil;
- II - Capacitar os participantes para a abordagem multidisciplinar das temáticas Étnico-raciais, tanto em projetos educacionais como em outras áreas profissionais, contribuindo para a formação ética e cidadã;
- III - Contribuir para a formação de uma comunidade de pesquisadores e professores engajados no campo das relações Étnico-raciais;
- IV - Estimular a pesquisa, o registro e a divulgação das práticas pedagógicas relacionadas às questões Étnico-raciais nas instituições de ensino do Paraná.

5. REQUISITOS PARA CERTIFICAÇÃO

Conforme Resolução CONSUP/IFPR nº 09/2014 o IFPR expedirá o certificado de conclusão do curso de Aperfeiçoamento em Educação das Relações Étnico-raciais para todos os alunos que concluírem com êxito o curso, mantendo um mínimo de frequência de 75% e conceito mínimo C em cada componente curricular.

Para concluir o curso, também é necessário finalizar, dentro do prazo previsto para integralização, o Trabalho de Conclusão do Curso, que deverá atender (minimamente) às normas e apresentação de trabalhos acadêmicos do IFPR. O TCC poderá ser:

Um produto educacional, isto é, algum objeto ou recurso didático desenvolvido pelo(a) estudante que possa ser aplicado nos espaços de educação formal e não formal. O produto deverá ser entregue na forma de relatório ao/à professor(a) orientador(a), que poderá exigir alguma forma de apresentação.

6. METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Algumas estratégias que poderão ser utilizadas são, conforme Portaria IFPR nº 120 de 06 de agosto de 2009:

- Implementação sistemática, permanente e/ou eventual de seminários, fóruns, palestras e outros que articulem os currículos a temas de relevância social, local e/ou regional e que potencializem recursos materiais, físicos e humanos disponíveis;
- Previsão de espaços para reflexão e construção de ações coletivas, que atendam a demandas específicas das diferentes áreas do conhecimento, tais como fóruns, debates, grupos de estudo e similares.

6.1 Sobre a metodologia e os princípios norteadores para o ensino a distância

A metodologia a ser utilizada para a oferta de componentes curriculares com carga horária à distância terá como princípios norteadores:

- a) criação de ambientes interativos para a formalização do processo de ensino e de aprendizagem mediado pelo(a) docente no Ambiente Virtual de Aprendizagem(AVA);

- b) percepção do ser humano como sujeito capaz de aprender e desenvolver-se com autonomia;
- c) democratização do acesso às tecnologias digitais de informação e de comunicação;
- d) qualificação de estratégias educacionais que permitam o acesso estruturado e sistematizado da educação profissional e tecnológica, em todo o processo de ensino e de aprendizagem;
- e) incorporação de tecnologias digitais de comunicação e informação que garantam a interação e a interatividade entre docentes, discentes e equipe de ensino no processo de ensino e de aprendizagem;
- f) inclusão de práticas pedagógicas que priorizem a interação social e comunicativa.

As atividades a serem desenvolvidas no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) correspondem a 30% da carga horária total de cada componente curricular, e devem considerar todos os princípios previstos anteriormente.

6.2 Sobre as estratégias metodológicas para o ensino a distância

Deverá ser utilizada como estratégia pedagógica atividades supervisionadas na modalidade a distância e trabalhos/projetos interdisciplinares na modalidade presencial que sejam capazes de integrar áreas de conhecimento, de apresentar resultados práticos e objetivos e que tenham sido propostos pelo coletivo envolvido na atividade supervisionada/trabalho/projeto.

A alocação de parcela da CH de cada disciplina na modalidade a distância se justifica pela organização do curso, onde os encontros presenciais se destinam para as discussões dos componentes teóricos, de modo a utilizar os ambientes virtuais de aprendizagem para a execução das atividades ou para orientações do TCC.

A referida metodologia de ensino está apoiada na utilização de múltiplos meios e nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para o alcance dos objetivos educacionais propostos. Cada multimídia tem sua especificidade e pode contribuir para se atingir determinados níveis de aprendizagem com maior grau de facilidade e atender à diversidade e heterogeneidade do público-alvo.

Para cumprir a carga horária do curso, o estudante precisará participar dos encontros presenciais (em local a ser definido conforme em edital), com duração proporcional a carga horária da disciplina. Além disso, será reservado um percentual de 30% da carga horária de cada disciplina para ser ministrada a distância, em que o estudante deverá realizar estudos e atividades previstos no material de cada unidade curricular, disponibilizado no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA), da plataforma Moodle, visando garantir o desenvolvimento das qualificações preconizadas na proposta de formação na área.

No AVEA, o estudante terá acesso ao conteúdo produzido pelo professor da unidade curricular, sendo este também formador e mediador, que irá auxiliá-lo durante o desenvolvimento das unidades curriculares, com o acompanhamento das atividades e materiais para estudos disponibilizados no AVEA, entre outros recursos disponíveis.

A seleção, produção e distribuição do material didático a ser utilizado em cada componente curricular e no AVEA será de responsabilidade do docente responsável pela disciplina, que poderá contar com o apoio dos tutores. Portanto, caberá ao professor responsável a definição e a produção dos materiais didáticos que serão utilizados para o desenvolvimento do conteúdo e atividades na EAD (textos escritos, vídeos, imagens, áudio, etc).

Durante os encontros presenciais, as aulas ocorrerão sob a orientação do professor da disciplina. Nos momentos à distância, os estudantes realizarão estudos individuais sobre os assuntos específicos e as atividades pedagógicas previstas para cada área de conhecimento de acordo com o cronograma disponibilizado.

O curso disponibilizará diferentes formas de comunicação entre estudantes e professores ao longo do processo:

- Para o desenvolvimento das aulas à distância será utilizada a plataforma Moodle como AVEA, permitindo a integração dos conteúdos disponibilizados, abrangendo as seguintes ferramentas: Fórum de Discussão, Bate-papo (chat), Material Complementar, Cronograma do Curso, Vídeo Aula, dentre outros.

Além dos mecanismos de comunicação descritos acima, os professores poderão utilizar quaisquer outras ferramentas disponíveis e que tenham competência técnica para seu uso. Os materiais didáticos devem traduzir os objetivos do curso, abordar os conteúdos expressos nas ementas e levar os estudantes a alcançarem os resultados esperados em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes.

Os conteúdos/atividades a serem desenvolvidos na carga horária alocadas na modalidade à distância serão definidas pelo docente responsável, observando o que foi disposto neste PPC.

No que se refere às estratégias a serem utilizadas com os estudantes para prepará-los para os estudos à distância, há previsão no edital de seleção de bolsistas de critérios que privilegiam docentes que possuam experiência com a modalidade à distância. Além disso, na aula inaugural também há previsão de oficinas voltadas para capacitar os participantes para correta utilização das ferramentas e tecnologias oportunizadas pela modalidade EAD.

6.3 Sobre os conceitos norteadores para o ensino a distância

Considera-se, em consonância com o estabelecido pela Diretoria de Desenvolvimento de Educação a Distância (DDEaD), nas Diretrizes para Educação a Distância do IFPR:

a) Educação a distância (EaD) - a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e de aprendizagem ocorra com a utilização de meios e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).

b) Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA): sistema de gerenciamento de aprendizagem, o qual possui ferramentas que permitem a distribuição e a gestão de conteúdos, a interação e elaborações colaborativas, bem como o acompanhamento da aprendizagem do/a discente pelo/a docente.

c) Mediação Pedagógica: atuação docente no processo de ensino e de aprendizagem a distância, com a promoção de espaços de construção colaborativa do conhecimento, a participação em processos avaliativos, a

orientação e a correção de atividades, entre outras formas de intervenção para otimizar a construção do conhecimento pelos discentes.

d) Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC): conjunto de recursos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como: ambientes virtuais e suas ferramentas; videoconferências; programas específicos de computadores (softwares educacionais); objetos de aprendizagem; recursos educacionais digitais e conteúdos disponibilizados online.

e) Equipe multidisciplinar de educação a distância (DDEaD/Proens e Campi): aquela constituída por servidores(as) de diversas áreas, integrantes da Diretoria de Desenvolvimento de Educação a Distância/Proens e Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão dos Campi do IFPR, responsáveis pelo suporte nas atividades relacionadas com a Educação a Distância do IFPR, tais como: planejamento e organização do desenho educacional do curso ou componente curricular, produção e revisão de recursos educacionais, suporte ao ambiente virtual de aprendizagem, pesquisas e formação em EaD, documentação.

f) Material didático: recursos educacionais respeitando direitos autorais, acessibilidade e diversidade; necessários para compreensão do componente curricular; integrados por tecnologias digitais de informação e comunicação, que dão suporte e permitem a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e de aprendizagem.

g) Docente(a): responsável pelo planejamento, elaboração e preparação do conteúdo, avaliações e critérios de avaliação; gerenciamento da execução do componente curricular; esclarecimento de dúvidas quanto ao conteúdo; elaboração e correção de atividades avaliativas.

h) Docente mediador(a) (tutor(a)): responsável e comprometido pelo acompanhamento pedagógico na oferta do componente curricular, atua na promoção das interações e processos colaborativos criando condições necessárias para o processo de ensinar e aprender. Vale destacar que no âmbito do curso, o docente sempre será mediador, mas nem todo docente conteudista (responsável por selecionar/elaborador/atualizar conteúdo/material didático básico dos componentes a distância) será também o docente mediador. Aqui se entende como um dos principais diferenciais do curso, visto que não há intermediação na mediação dos componentes entre professores e estudantes, como seria com a utilização de tutores, o que busca garantir a qualidade tanto da oferta de materiais didáticos, bem como mediação da aprendizagem e das atividades realizadas pelos estudantes, seja no AVEA ou nos encontros presenciais. O modelo de EaD do curso terá por foco a interação, tanto nas atividades desenvolvidas no AVEA quanto presenciais, que orientará assim as ferramentas e as técnicas pedagógicas com base em metodologias ativas e inovadoras e na construção de grupos cooperativos utilizadas e que estarão detalhadamente descritas nos planos de ensino e nas trilhas de aprendizagem de cada componente curricular, disponíveis no AVEA e apresentados no primeiro encontro presencial.

Para o sucesso desse modelo, considera-se como imprescindíveis as seguintes questões:

a) Formação continuada – de professores, coordenadores de curso, técnicos e demais profissionais que contribuirão para a construção e condução dos componentes curriculares a distância, ou mesmo da carga horária de atividades extra curriculares mediadas pelo AVEA de componentes presenciais.

- b) Preparação do estudante para estudo a distância - por meio de oficinas periódicas e ações realizadas nos encontros presenciais.
- c) Sistematização dos procedimentos de acompanhamento, de avaliação e de proposição de melhorias contínuas dos processos de ensino e de aprendizagem.
- d) Suporte tecnológico permanente e ambiente virtual de aprendizagem em constante atualização.
- e) Adequada estrutura (física, de pessoal e material) de apoio presencial.
- f) Materiais didáticos de qualidade - específicos, interativos, multimídias, acessíveis e responsivos, disponibilizados no AVEA.
- g) Encontros presenciais periódicos - para realização de avaliações individuais ou em equipe, de atividades práticas e de ações de pesquisa, extensão e inovação, que poderão ser realizados no campus ou em outros espaços públicos e privados.
- h) Criação de sistema de Avaliação para a aprendizagem – que deve oferecer formas diversificadas de avaliação e considerar os conhecimentos prévios dos estudantes e a realidade em que estão inseridos.
- i) Consolidação de uma efetiva comunidade virtual de aprendizagem.

6.4. Monitoramento e combate à evasão

Os professores bolsistas serão responsáveis por fazer o lançamento da frequência em todas as aulas ministradas. A equipe coordenadora será responsável por acompanhar o monitoramento da frequência dos alunos semanalmente, de modo a intervir ativamente nos casos de inassiduidade. Busca-se, com esse monitoramento, entrar em contato com esse aluno e compreender as motivações da sua infrequência. A partir desse diálogo, a referida equipe tem como responsabilidade a intervenção, dentro do possível, nos elementos que motivaram a evasão.

A equipe coordenadora possui como funções: gerir os encaminhamentos do curso, acompanhar o planejamento e o desenvolvimento da proposta no que se refere ao atendimento do que foi firmado no momento da proposta em seus objetivos, acompanhar o monitoramento da frequência e intervir ativamente nos casos de inassiduidade.

7. PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES

Para a modalidade presencial serão utilizadas aulas expositivas e dialogadas, além de atividades complementares como seminários, debates, palestra entre outros. A avaliação deverá ser contínua, diagnóstica e processual. Deverá acontecer em diversos momentos e formatos para valorizar as múltiplas inteligências.

Caso o aluno não seja aprovado na disciplina, conforme os critérios de avaliação previstos no PCC, poderá ainda fazer a recuperação de seus estudos mediante a avaliação parcial. Caberá ao professor o papel de mediador do conhecimento e como tal promoverá aulas dialogadas para favorecer a

participação dos discentes. A avaliação buscará privilegiar a predominância de aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A avaliação será processual e contínua, prevalecendo o desempenho do aluno ao longo do curso. Nesta situação, a avaliação tem como características as funções diagnóstica, formativa e somativa. As avaliações poderão ocorrer por meios de: seminários, trabalhos individuais ou em grupos, testes escritos e orais, dramatizações, demonstrações de técnicas em laboratórios, apresentação de trabalhos finais de iniciação científica; artigos científicos, trabalho final de curso, portfólios, resenhas, autoavaliação, entre outros.

Cada disciplina deverá propor no mínimo duas avaliações e recomenda-se que nos momentos em que elas ocorram, o(a) professor(a) faça uso de formas e meios diferenciados para contemplar as múltiplas inteligências e as habilidades dos alunos na modalidade presencial e a distância. Fica vedado ao professor submeter o aluno a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação.

Os resultados das avaliações serão expressos em conceitos A, B, C ou D. Será considerado aprovado o aluno que obtiver os conceitos A, B ou C e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) na unidade/área curricular. Conforme a seguir:

A = A APRENDIZAGEM do aluno foi PLENA, isto é, atingiu os objetivos propostos pela disciplina ou área de conhecimento.

B = A APRENDIZAGEM do aluno foi PARCIALMENTE PLENA, isto é, atingiu níveis desejáveis aos objetivos propostos pela disciplina ou área de conhecimento.

C = A APRENDIZAGEM do aluno foi SUFICIENTE, atingiu níveis aceitáveis aos objetivos propostos e não há comprometimento à continuidade do trabalho na disciplina ou área de conhecimento.

D = A APRENDIZAGEM do aluno foi INSUFICIENTE, isto é, não atingiu os objetivos propostos, inviabilizando o desenvolvimento na disciplina ou área de conhecimento.

Os critérios de dimensões humanas a serem avaliados pelos docentes nos componentes curriculares, deverá se balizar pelos critérios a seguir:

- Ética: A postura ética dos alunos será avaliada principalmente com relação ao plágio no desenvolvimento de trabalhos e avaliações.
- Iniciativa e Participação: Alunos que demonstrarem iniciativa e participação no decorrer dos componentes curriculares, buscando conhecimento sobre o componente fora da sala de aula, apresentando dúvidas aos docentes e levando mais conhecimento para as aulas, serão avaliados de forma positiva pelos docentes.
- Valorização do ser humano, Solidariedade e Relação Interpessoal: O respeito, atenção, consideração com os colegas da turma e os docentes do curso e o bom senso são primordiais para o bom andamento das aulas. Desta forma, os alunos devem primar por estes pontos durante as aulas, podendo ser avaliados negativamente em casos contrários.
- Assiduidade: Dada a curta duração das disciplinas e a quantidade de conteúdo que será ministrado em cada dia de aula, os alunos são fortemente recomendados a não faltar nas aulas, mesmo que a falta respeite o limite dos 75% de presença para a não reprovação no componente curricular. Neste contexto, os docentes do curso podem

considerar a frequência do aluno como critério na formação de seu conceito para o componente curricular.

Caso o aluno seja reprovado por conceito ele terá a oportunidade de realizar uma avaliação final. Caberá ao professor de cada disciplina elaborar tal avaliação.

7.1 Da avaliação e recuperação considerando a modalidade a distância

O percentual da carga horária dos componentes curriculares ofertados a distância poderão ter como instrumento avaliativo a participação em fóruns de discussão temático, estando seus critérios de participação e avaliação, como quantidade e qualidade das intervenções, estabelecidos no Plano de ensino do componente. Para esse instrumento de avaliação a recuperação paralela constitui-se em importante mecanismo, visto que pela natureza da atividade, que exige sobretudo interação entre estudantes e professores, não se aplicará sistema de recuperação única ao final da oferta do componente curricular.

8.RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO

Na contramão de uma educação estreita, adestradora, fragmentada e descontínua, o grande desafio colocado às instituições de ensino é a busca pela promoção da educação como um direito social de todos, atuando na formação de sujeitos emancipados e leitores críticos do mundo em que vivem e aptos a agirem sobre ele.

Outro grande desafio é materializar a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação. Para muito além de uma proposta, a indissociabilidade é um discurso que deve estar presente não apenas nos documentos normativos, mas na prática docente, no fazer pedagógico, nas articulações com a comunidade e na construção das diretrizes e perspectivas da escola pública, gratuita e de qualidade.

Diante disso, para garantir a plena articulação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação será estimulado nos alunos o desenvolvimento de atitudes e ações voltadas para o debate e a promoção da educação para as relações étnico-raciais e promoção da equidade racial.

A equipe coordenadora em conjunto com os professores e tutores deverá:

- Propor possibilidades de concretização da interface dos eixos Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, por meio de ações integradas que considerem a pluralidade de perspectivas teóricas, interesses de pesquisas e os estudos avançados com vista ao desenvolvimento social, humanístico e tecnológico;
- Consolidar a interação entre os eixos Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação como parte fundamental da formação humana, tomado na perspectiva da prática orientada pela reflexão e ação;

- Balizar as práticas pedagógicas e a produção do conhecimento a partir da troca de saberes e significação social, que promovam a inclusão e a emancipação dos discentes e a transformação da sociedade;
- Estimular ações para além do âmbito acadêmico, e que sejam capazes de dialogar com os movimentos sociais ligados ao movimento negro e às comunidades tradicionais.

9. PERFIL DO EGRESSO

Os conhecimentos que os alunos adquirirão dentro dos componentes curriculares propostos neste curso dialogarão necessariamente com a prática do trabalho pedagógico dos professores que irão atuar no aperfeiçoamento, uma vez que se trata de uma proposta pautada no exercício profissional da docência promovida pelo poder público. A principal competência dos profissionais formados no curso é a de se apropriar dos avanços do conhecimento no campo da Educação para as Relações Étnico-raciais e da valorização das culturas negras e indígenas, possibilitando a produção e difusão do conhecimento tanto a partir de pesquisas científicas quanto em ações comunitárias que promovam a superação dos conflitos gerados pela discriminação e o racismo estrutural na sociedade brasileira.

10. RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE

(Bolsistas e selecionados via Edital)

Nome Completo	Formação acadêmica	Maior titulação	Efetivo/ docente colaborador	Componente curricular	Carga horária
Bolsista 1	Preferencialmente mestre em Educação ou Ciências Humanas	Doutorado	Bolsista 1	Educação para Relações Étnico-raciais: conceitos básicos	60h
Bolsista 2	Preferencialmente mestre em Educação ou Ciências Humanas	Doutorado	Bolsista 2	Descolonizando a História: protagonismo negro, cultura e religiosidade africana e	60h

10. RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE

(Bolsistas e selecionados via Edital)

10. RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE					
(Bolsistas e selecionados via Edital)					
				afro-brasileira	
Bolsista 3	Preferencialmente mestre em Educação ou Ciências Humanas	Doutorado	Bolsista 3	Povos Indígenas e Educação: diálogos com a História e Antropologia	30h
Bolsista 4	Preferencialmente mestre em Educação ou Ciências Humanas	Doutorado	Bolsista 4	Metodologia da pesquisa aplicada à Educação para Relações Étnico-raciais	30h

11. MATRIZ CURRICULAR

11.1 Componentes Curriculares Obrigatórios

Componente Curricular	CHT	Créditos	CH EAD (30%)
Educação para Relações Étnico-raciais: conceitos básicos	60h	4	18h
Descolonizando a História: protagonismo negro, cultura e religiosidade africana e afro-brasileira	60h	4	18h
Povos Indígenas e Educação: diálogos com a História e Antropologia	30h	2	9h
Metodologia da pesquisa aplicada à Educação para Relações Étnico-raciais	30h	2	9h

12. EMENTAS

1. Componente curricular: Educação para Relações Étnico-raciais: conceitos básicos

Carga Horária/Crédito(s): 60h/4 créditos

Ementa: Reflexões históricas sobre as relações raciais no Brasil. Conceitos iniciais: Raça, Etnia, e Racismo. O mito da democracia racial. Preconceito, Estereótipo, Racismo Estrutural. A educação indígena no Brasil. Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

Das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Objetivos do Componente Curricular (geral e específicos):

Objetivo Geral: Oferecer ao alunos os conceitos básicos sobre avanços do conhecimento no campo da Educação para as Relações Étnico-raciais e da valorização das culturas negras e indígenas.

Objetivos Específicos

- Realizar uma análise crítica das Relações Étnico-raciais em escala global e no contexto específico do Brasil;
- Capacitar os participantes para a abordagem multidisciplinar das temáticas Étnico-raciais, tanto em projetos educacionais como em outras áreas profissionais, contribuindo para a formação ética e cidadã;

Métodos de avaliação:

A avaliação respeitará os princípios previstos neste Projeto Pedagógico de Curso, que, por sua vez, está balizado pela Resolução nº 50 de 2017. Esse processo será orientado de maneira bastante fundamental pelo que o Art. 3 da Resolução 50/2017 – CONSUP/IFPR descreve:

“Art. 3º No IFPR, o ciclo do conhecimento, que pressupõe a relação entre teoria e prática, expresso na indissociabilidade dos processos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, deve permear o processo de ensino-aprendizagem.

§ 1º A relação entre teoria e prática permite o desenvolvimento da capacidade de refletir criticamente o aprendido, levando o estudante a um processo permanente de aprendizado visando sua atuação na sociedade.”

Essa dinâmica relacional entre teoria e prática e ensino, pesquisa e extensão se revela como concepção educacional da disciplina e, conseqüente, como concepção avaliativa. Assim, o olhar para a prática à luz dos estudos teóricos e da pesquisa se traduz por meio dos seguintes instrumentos avaliativos:

- Atividades de redação de textos sobre os temas abordados pelos professores.
- Apresentação de seminários sobre os métodos, metodologias, técnicas e recursos da pesquisa científica na área de Educação das Relações Étnico-raciais.

Para emissão dos conceitos avaliativos, serão referência o alcance dos objetivos descritos anteriormente.

Bibliografia (básica e complementar):

Bibliografia Básica:

CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvarenga; MEDEIROS, Simone (Orgs). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica : diversidade e inclusão. Brasília : Conselho Nacional de Educação : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013.

MEC, INEP. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações

ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

MEC, SECAD. Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. Brasília, s.d.

MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Bibliografia Complementar:

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Revista Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, Jan/Abr, 2012.

GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com raça em sociologia. Educação e Pesquisa, São Paulo: FEUSP, v. 29, n. 1, jan./jun. 2003.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla São Paulo. 2013. Editora Martins Fontes, 2013.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

SILVA, Santuza Amorim da; PRAXEDES, Vanda Lúcia (orgs). Educação e Relações Étnico-raciais: desafios, limites e possibilidades. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2017.

2. Componente curricular: Descolonizando a História: protagonismo negro, cultura e religiosidade africana e afro-brasileira

Carga Horária/Crédito(s): 60h/ 4 créditos

Ementa: As narrativas históricas eurocêntricas e a desconstrução pós-colonial. Modos de ser, viver e resistir. A diáspora negra e os africanos no Brasil: religiosidades em trânsito. A cultura como política de resistência. Origens e expansão das religiões afro-brasileiras e suas relações com elementos de outras tradições religiosas. As religiões afro-brasileiras na dinâmica do campo religioso brasileiro.

Objetivos do Componente Curricular (geral e específicos):

Objetivo Geral: Oferecer ao alunos os conceitos básicos sobre avanços do conhecimento no campo da Educação para as Relações Étnico-raciais, com ênfase ao protagonismo negro, cultura e religiosidade africana e afro-brasileira

Objetivos Específicos

Promover a equidade racial na educação brasileira.

Realizar uma análise crítica das Relações Étnico-raciais em escala global e no contexto específico do Brasil;

Métodos de avaliação:

A avaliação respeitará os princípios previstos neste Projeto Pedagógico de Curso, que, por sua vez, está balizado pela Resolução nº 50 de 2017. Esse processo será orientado de maneira bastante fundamental pelo que o Art. 3 da Resolução 50/2017 – CONSUP/IFPR descreve:

“Art. 3º No IFPR, o ciclo do conhecimento, que pressupõe a relação entre teoria e prática, expresso na indissociabilidade dos processos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, deve permear o processo de ensino-aprendizagem.

§ 1º A relação entre teoria e prática permite o desenvolvimento da capacidade de refletir criticamente o aprendido, levando o estudante a um processo permanente de aprendizado visando sua atuação na sociedade.”

Essa dinâmica relacional entre teoria e prática e ensino, pesquisa e extensão se revela como concepção educacional da disciplina e, conseqüente, como concepção avaliativa. Assim, o olhar para a prática à luz dos estudos teóricos e da pesquisa se traduz por meio dos seguintes instrumentos avaliativos:

- Atividades de redação de textos sobre os temas abordados pelos professores.
- Apresentação de seminários sobre os métodos, metodologias, técnicas e recursos da pesquisa científica na área de Educação das Relações Étnico-raciais.

Para emissão dos conceitos avaliativos, serão referência o alcance dos objetivos descritos anteriormente.

Bibliografia (básica e complementar):

Bibliografia Básica:

BARBOSA, Muryatan S. Eurocentrismo, História e História da África. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Nº 1 jun./2008

FARIAS, P. F. de Mores. Afrocentrismo: entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural. Afro-Ásia, 29;30. Salvador, BH, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil Identidade nacional versus identidade negra. 5ª Edição. Editora Autêntica, 2019.

BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo, História e História da África. Sankofa. Revista de história da África e de Estudos da Diáspora Africana. Nº 01 jun, 2008.

Bibliografia Complementar:

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Perspectiva negra e decolonialidade. Revista Sociedade e Estado, v. 31 n. 1, 2016.

CAROSO, Carlos & BACELAR, Jeferson (orgs.) Faces da Tradição Afro-Brasileira. Rio de Janeiro: Pallas. 1999.

CHALHOUB, S.; PINTO, A. F. M. (Orgs.). Pensadores negros - pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX Cruz das Almas; Belo Horizonte: Editora UFRB; Fino Traço, 2016.

MOURA, C. Sincretismo, Acomodação, assimilação e luta de classes (nota prévia para reflexão epistemológica). Estudos Afro-Asiáticos. 1983.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Religiões afro-brasileiras: construção e legitimação de um campo do saber acadêmico: 1900-1960. Revista USP, São Paulo, n. 55. 2002.

SOUZA, Marina de Mello e. Catolicismo negro no Brasil: santos e minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural. Afro-Ásia, Salvador, UFBA, v. 28. 2003.

ZUBARAN, Maria Angélica; VARGAS, Juliana Ribeiro de. Circulação de Ideias e Apropriações Culturais na Diáspora Negra. COMUN. Mídia Consumo. São Paulo, V. 12, N. 35, SET./DEZ. 2015.

3. Componente curricular: Povos Indígenas e Educação: diálogos com a História e Antropologia

Carga Horária/Crédito(s): 30h/2 créditos

Ementa: História, Antropologia e perspectivas de povos originários situados no Brasil e restante da América Latina. História Indígena: cosmovisões colonizadoras, resistências contra-coloniais e revisões historiográficas. Antropologia e Educação. Ensino de História Indígena. Povos Indígenas no Brasil Contemporâneo. Práticas educacionais nativas, educação escolar indígena e temas indígenas em escolas não-indígenas.

Objetivos do Componente Curricular (geral e específicos):

Objetivo Geral: Oferecer aos alunos os conceitos básicos sobre avanços do conhecimento no campo da Educação para as Relações Étnico-raciais, com ênfase aos povos Indígenas, sua história e os diferentes modos de produção do conhecimento.

Objetivos Específicos

Promover a equidade racial na educação brasileira.

Realizar uma análise crítica das Relações Étnico-raciais em escala global e no contexto específico do Brasil;

Métodos de avaliação:

A avaliação respeitará os princípios previstos neste Projeto Pedagógico de Curso, que, por sua vez, está balizado pela Resolução nº 50 de 2017. Esse processo será orientado de maneira bastante fundamental pelo que o Art. 3 da Resolução 50/2017 – CONSUP/IFPR descreve:

“Art. 3º No IFPR, o ciclo do conhecimento, que pressupõe a relação entre teoria e prática, expresso na indissociabilidade dos processos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, deve permear o processo de ensino-aprendizagem.

§ 1º A relação entre teoria e prática permite o desenvolvimento da capacidade de refletir criticamente o aprendido, levando o estudante a um processo permanente de aprendizado visando sua atuação na sociedade.”

Essa dinâmica relacional entre teoria e prática e ensino, pesquisa e extensão se revela como concepção educacional da disciplina e, conseqüente, como concepção avaliativa. Assim, o olhar para a prática à luz dos estudos teóricos e da pesquisa se traduz por meio dos seguintes instrumentos avaliativos:

- Atividades de redação de textos sobre os temas abordados pelos professores.
- Apresentação de seminários sobre os métodos, metodologias, técnicas e recursos da pesquisa científica na área de Educação das Relações Étnico-raciais.

Para emissão dos conceitos avaliativos, serão referência o alcance dos objetivos descritos anteriormente.

Bibliografia (básica e complementar):

Bibliografia Básica:

KAYAPÓ, Edson Machado de Brito. A Educação Karipunado Amapá no Contexto da Educação Escolar Indígena Diferenciada na Aldeia Espírito Santo. 2012. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MONTEIRO, John. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes, GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). A temática indígena na escola. Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 1995.

PEREIRA, Verônica Mendes, GOMES, Ana Maria Rabelo. A produção e a circulação da cultura pelas fronteiras da escola indígena Xakriabá. Revista Brasileira de Educação, v. 24, 2019.

TUKANO, Daiara Hori Figueroa Sampaio. UKUSHE KITI NIISHE. Direito à memória e à verdade na perspectiva da educação cerimonial de quatro mestres indígenas. 2018. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania), Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília.

XAKRIABÁ, Célia Nunes Correa. O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

Bibliografia Complementar:

MENDONÇA, Augusta Aparecida Neves. “Fechando pra conta bater”: a indigenização dos projetos sociais Xakriabá. 2014. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

NAVARRETE-LINARES, Federico. Donde queda el pasado: reflexiones sobre

los cronotopos históricos. In: GUERRA, Gudea (Coord.) El historiador frente a la historia. El tiempo en Mesoamérica. Ciudad de México: Universidad Autónoma de México, 2004.

LIMA, Tânia Stolze. A planta redescoberta: um relato do encontro da ayahuasca com o povo Yudjá. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 69, 2018.

PORTELA, Cristiane de Assis, NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. Sobre o indigenismo e autoria indígena no Brasil: novas epistemologias na contemporaneidade. História Unisinos, São Leopoldo, v. 20, n.2, 2016.

SILVEIRA, Kátia Pedroso. Ensino de Ciências e Tradição Maxakali: construindo relações em busca de um mundo comum. 2015. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

4. Componente curricular: Metodologia da pesquisa aplicada à Educação para Relações Étnico-raciais

Carga Horária/Crédito(s): 30h/ 2 créditos

Ementa: Produção do conhecimento científico; a pesquisa e suas especificidades. Ciência Contemporânea, métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa, projetos de pesquisa, ética na pesquisa. Saberes tradicionais na contemporaneidade.

Objetivos do Componente Curricular (geral e específicos):

Objetivo Geral: Oferecer aos alunos as ferramentas necessárias a produção do conhecimento e de práticas relacionadas às questões Étnico-raciais nas instituições de ensino do Paraná.

Objetivos Específicos

- Contribuir para a formação de uma comunidade de pesquisadores e professores engajados no campo das relações Étnico-raciais;
- Estimular a pesquisa, o registro e a divulgação das práticas pedagógicas relacionadas às questões Étnico-raciais nas instituições de ensino do Paraná.

Métodos de avaliação:

A avaliação respeitará os princípios previstos neste Projeto Pedagógico de Curso, que, por sua vez, está balizado pela Resolução nº 50 de 2017. Esse processo será orientado de maneira bastante fundamental pelo que o Art. 3 da Resolução 50/2017 – CONSUP/IFPR descreve:

“Art. 3º No IFPR, o ciclo do conhecimento, que pressupõe a relação entre teoria e prática, expresso na indissociabilidade dos processos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, deve permear o processo de ensino-aprendizagem.

§ 1º A relação entre teoria e prática permite o desenvolvimento da capacidade de refletir criticamente o aprendido, levando o estudante a um processo permanente de aprendizado visando sua atuação na sociedade.”

Essa dinâmica relacional entre teoria e prática e ensino, pesquisa e extensão se revela como concepção educacional da disciplina e, conseqüente, como concepção avaliativa. Assim, o olhar para a prática à luz dos estudos teóricos e da pesquisa se traduz por meio dos seguintes instrumentos avaliativos:

- Atividades de redação de textos sobre os temas abordados pelos professores.
- Apresentação de seminários sobre os métodos, metodologias, técnicas e recursos da pesquisa científica na área de Educação das Relações Étnico-raciais.
- Produção do trabalho de conclusão de curso, nos parâmetros definidos neste PPC.

Para emissão dos conceitos avaliativos, serão referência o alcance dos objetivos descritos anteriormente.

Bibliografia (básica e complementar):

Bibliografia Básica:

BECKER, Howard. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1997.

CANO, Ignacio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. Sociologias, v.14, 2012.

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Editora Vozes Limitada, 2011.

NOSELLA, Paolo. Ética e pesquisa. Educação & Sociedade, v. 29, 2008.

Bibliografia Complementar:

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições70, 2004.

BABBIE, Earl. Método de Pesquisa de Survey. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001

ELSTER, Jon. Peças e Engrenagens das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? Psicologia: teoria e pesquisa, v. 22, p. 201-209, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1991

MARINO, Juan Mario Fandiño. Fundamentos do 'Paradigma Metodológico Causal' nas ciências sociais. Sociologias, v.14, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. Cadernos de saúde pública, v. 9, 1993. YIN, Robert K. Estudo de Caso-: Planejamento emétodos. Bookman editora, 2015.

--

13. PROCESSO SELETIVO
13.1 Pré-requisitos
Ser docente em exercício, efetivos ou substitutos, da Rede Pública de Ensino do Estado ou dos municípios do Paraná, que atuam na educação básica e possuam curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), concluído até a data da matrícula.
13.2 Etapas de seleção/avaliação:
Ordem de inscrição até o limite de vagas e que atenderem aos requisitos.
13.3 Critérios de cada etapa:
ordem de inscrição
13.4 Critérios de desempate:
Os critérios de desempate serão: 1) Maior idade. 2) Maior tempo de vínculo como docente da rede pública estadual e/ou municipal

14. INSTALAÇÕES E RECURSOS
<p>O curso de Aperfeiçoamento será ofertado de forma conjunta pelos campi Pinhais, Curitiba, Colombo e Campo Largo. O curso também prevê o apoio de 1 tutor para cada turma, totalizando 4 tutores. Dentre as suas funções, este profissional a ser selecionado por meio de edital de seleção de bolsistas tem como responsabilidade auxiliar os estudantes no processo de ensino e aprendizagem, tanto presencial quanto virtualmente.</p> <p>A seguir, uma descrição sucinta sobre a infraestrutura dos referidos campi que poderá ser utilizada pelos alunos para cumprimento da carga horária presencial e a distância é apresentada:</p>
14.1. Campus Curitiba O Campus está localizado em área central de fácil acesso. O transporte coletivo é abundante e contínuo facilitando o acesso dos alunos ao Campus Curitiba a laboratórios, auditório, secretaria e uma biblioteca central. Na Unidade João Negrão, onde acontecerão as aulas, há 15 salas de aula, com capacidade para 40 alunos em média.
14.2. Campus Pinhais O Campus possui um ponto de ônibus na porta e está localizado na área central do município de Pinhais, no Jardim Amélia. Ainda conta com 2 blocos, 8 salas de aula com capacidade para 40 estudantes, 1 laboratório de química, 1 laboratório de robótica, 1 laboratório de informática, 3 laboratórios móveis de informática, 1 laboratório de práticas corporais, 3 salas de coordenação, 3 salas de professores. O prédio conta com segurança 24 horas e portaria que solicita a identificação de pessoas na entrada do Campus.

14.3. Campus Colombo

O Campus Colombo conta com área de ensino específicas compostas por 6 salas de aula e 1 sala dos professores, além disso, também conta com áreas de estudo geral, tais como Laboratório de informática, Laboratório de física, Laboratório de química e Laboratório de biologia.

14.4. Campus Campo Largo

O Campus Campo Largo conta com: a) Bloco Didático- I: 10 salas de aulas; 02 Laboratórios de Informática, 02 almoxarifados, 01 sala de assistentes de alunos e 01 sala técnica; b) Bloco Didático- II: com 06 salas de aulas; c) Bloco Multiuso: prédio com divisórias, onde estão funcionando: Laboratório de Química e Biologia; Laboratório de Matemática e Física; Laboratório de Eletropneumática; Laboratório de Eletrônica e Agroecologia; sala de desenho; sala para atividades físicas e projetos de dança; 02 banheiros; d) Complexo de Eletromecânica, onde estão localizados os Laboratórios de Mecânica (Usinagem, Soldagem, Materiais e Ensaio, Metrologia e Automação) e Eletrotécnica (Acionamentos, Instalações Elétricas, Alta Tensão, Geração de Energia e Projetos); e) Bloco Administrativo: com 03 salas de professores, 01 sala de coordenadores, 02 salas de aula, 01 Laboratório de Informática, 01 sala de atendimento para os estudantes; 01 Biblioteca, 01 Secretaria Acadêmica, 01 sala para reuniões, videoconferência e Direção-Geral; 01 sala para as atividades da Direção de Planejamento e Administração; 01 sala para as atividades da Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, com espaço para reuniões; 01 almoxarifado; 04 banheiros; 01 Sala de convivência; 01 sala técnica. Todas as salas de aulas têm capacidade para 40 estudantes. Nos corredores do Campus e laboratórios há câmeras de segurança. Ainda, visando proteger as pessoas e o patrimônio, o Campus conta com sistema de monitoramento 24h e vigilância armada das 19h às 07h.

Com relação às Bibliotecas dos quatro campi, o sistema está informatizado com o Sistema Pergamum. Os horários de funcionamento são:

Campus Curitiba: de segunda à sexta das 07h30 às 21h.

Campus Colombo: de segunda à sexta das 07h às 20h.

Campus Campo Largo: de segunda à sexta das 08h às 21h.

Campus Pinhais: de segunda à sexta das 08h às 20h.

Normas para o empréstimo de material bibliográfico:

I – Será obrigatória a apresentação da Carteira de Identificação, no ato do empréstimo.

II – Ao efetuar o empréstimo, o usuário ficará inteiramente responsável pela preservação do material retirado;

III – Não estarão disponíveis para empréstimo domiciliar: a) Livros cuja demanda seja maior que o número de exemplares existentes; b) Livros e/ou material que necessitem de cuidados especiais, por definição da Bibliotecária responsável; c) Livros e/ou material de reserva e de consulta local; d) Material especial: disquetes e cds considerados como obras de referência; e) Obras de referência: atlas, catálogos, dicionários e enciclopédias; f) Publicações periódicas.

A biblioteca conta com vários livros no acervo do Campus IFPR disponíveis para empréstimo. Além disso, consta em seu acervo livros específicos para o curso de aperfeiçoamento aqui proposto.

--

15. DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES BOLSISTAS

Função/atividade	Descrição das Atribuições*
Professor Formador	<p>a) planejar e avaliar as atividades de formação;</p> <p>b) ministrar o curso de formação dos tutores;</p> <p>c) realizar a gestão acadêmica da turma;</p> <p>d) coordenar, acompanhar e subsidiar a atuação dos tutores;</p> <p>e) organizar os seminários e encontros com os tutores para acompanhamento e avaliação do curso;</p> <p>f) analisar com os tutores os relatórios sobre as turmas e orientar os encaminhamentos;</p> <p>g) orientar o processo de elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC) dos cursistas, quando for o caso;</p> <p>h) participar dos encontros de coordenação, promovidos pelo coordenador-adjunto;</p> <p>i) articular-se com o coordenador-adjunto e com o supervisor de curso;</p> <p>j) indicar ao coordenador-adjunto cursistas e tutores que devem receber certificação;</p> <p>k) encaminhar ao supervisor de curso o relatório mensal de frequência dos cursistas.</p>
Professor responsável pelas disciplinas	<p>a) participar, juntamente com demais professores-pesquisadores envolvidos no curso e o coordenador-adjunto, do desenvolvimento de metodologias de ensino e da elaboração de materiais didáticos adequados à modalidade a ser ofertada, mediante avaliação de metodologias consagradas e inovadoras;</p> <p>b) elaborar proposta de implantação do curso e sugerir ações necessárias de suporte tecnológico durante o processo de formação, informando ao coordenador-adjunto;</p> <p>c) elaborar e entregar, no prazo estabelecido, os conteúdos programáticos do curso;</p> <p>d) adequar a linguagem do material (conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia) à modalidade ofertada;</p> <p>e) assegurar os requisitos de acessibilidade física nas comunicações e no material didático pedagógico, possibilitando a plena participação de pessoas com deficiência, tanto na modalidade presencial, quanto a distância;</p> <p>f) desenvolver as atividades docentes em consonância com a metodologia e os recursos previstos no projeto acadêmico aprovado e, nas atividades a distância, mediante o uso de recursos previstos naquele projeto;</p> <p>g) coordenar as atividades acadêmicas dos tutores que atuam em módulos e conteúdos sob sua orientação;</p> <p>h) ministrar a formação da equipe pedagógica com o uso dos recursos e da metodologia previstos no plano de formação;</p> <p>i) desenvolver, em colaboração com o coordenador-adjunto, a metodologia de avaliação dos cursistas e implantar um sistema de avaliação, de acordo com o previsto no plano de curso;</p> <p>j) apresentar ao coordenador-adjunto, ao final do módulo ofertado, relatório das atividades e do desempenho dos cursistas;</p> <p>k) elaborar relatório sobre as atividades de ensino na esfera de suas atribuições, para encaminhamento à SECADI/MEC ao final de cada semestre ou quando solicitado;</p>

	l) ao final do curso, adequar e sugerir modificações na metodologia de ensino adotada, bem como conduzir análises e estudos sobre o desempenho do curso;
Tutor	a) articular-se com os supervisores e formadores da turma acompanhada; b) auxiliar os formadores na gestão acadêmica da turma; c) acompanhar os formadores nos momentos presenciais e à distância; d) contribuir com a implantação de mecanismos que garantam o cumprimento do cronograma do curso; e) acompanhar os cursistas e orientá-los no que couber; f) acompanhar e subsidiar o desenvolvimento das atividades do curso; g) orientar, acompanhar e avaliar as atividades e a frequência dos cursistas, comunicando ao formador. h) receber os estudantes e organizar o procedimento de matrícula junto à Secretaria Acadêmica do campus.

* Descrições baseadas na Resolução CD/FNDE Nº 45 de 29 de Agosto de 2011

16. REFERÊNCIAS

BATISTELLA, Alessandro. O Paranismo e a invenção da identidade paranaense. Revista Eletrônica História em Reflexão, Mato Grosso do Sul, v. 6 n. 11, jan./jun. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.288, de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, de 13 de abril de 1995, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

_____. Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

_____. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BENEDITO, B. S.; CARNEIRO, S.; PORTELLA, T. Lei nº 10.639/03 : a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afrobrasileira. São Paulo: SP. Instituto Alana, 2023. Disponível em <<https://alana.org.br/wp-content/uploads/2023/04/lei-10639-pesquisa.pdf>> Acesso em: 13 mai 2023.

MARTINS, Wilson. A invenção do Paraná: estudo sobre a presidência Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Imprensa Oficial, 1999.

MARTINS, Romário. Quantos somos e quem somos: dados para a História e a estatística do povoamento do Paraná. Curitiba: Aqui, 1941.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Os rituais de tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: Editora UFPR;

Imprensa Oficial do Paraná, 2000.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. A Lapa e o tropeirismo. Curitiba: 10ª SR IPHAN, 2006

SOLIDADE DA SILVA, Wilker. Indicadores de Verificação e a Educação das Relações Étnicoraciais: O monitoramento da efetivação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Ensino Público do Estado do Paraná. 2020. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69835>, Acesso em: 22 jun 2023

WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. 6. ed. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda., 1988.

16. DOCUMENTOS

1. Regulamento TCC
2. Regulamento Atividades Complementares;
3. Portaria CEC atualizada, quando couber;
4. Atas de reunião da CEC;

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO CURSO

Item	Ação/Evento	2023					2024									
		Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Planejamento																
1	Definição da equipe coordenadora															
2	Finalização do Projeto do Curso e aprovação nas instâncias internas															
Preparação																
3	Aquisição de material de consumo															
4	Publicação de edital de seleção de bolsistas															
5	Processo seletivo, matrícula e segunda chamada															
Desenvolvimento																
6	Solenidade de abertura: aula inaugural															
7	Desenvolvimento do curso															
8	Encontros presenciais															
9	Relatório parcial SECADI/MEC															
Finalização																
10	Encerramento															
11	Relatório															